

A. I. Nº - 295309.0139/05-3
AUTUADO - ANTONIO OLIVEIRA DE ANDRADE DE CRUZ DAS ALMAS
AUTUANTE - CONCEIÇÃO MARIA SANTOS DE PINHO
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
INTERNET - 13/10/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0362-03/05

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. 1) FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Acusação fiscal não impugnada. Infração caracterizada. 2) ANTECIPAÇÃO PARCIAL. RECOLHIMENTO A MENOS. Comprovado que parte do imposto reclamado já havia sido pago antes do início do procedimento fiscal. Infração subsistente em parte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/06/2005, exige ICMS no valor de R\$ 39.202,85, acrescido da multa de 50%, em razão das seguintes irregularidades:

- 1 - “Deixou de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es), na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA)” - R\$ 38.582,10;
- 2 - “Efetuiu o recolhimento a menos do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA)” - R\$ 620,75.

O autuado apresenta impugnação(fl. 57), em relação a segunda infração, alegando que no levantamento da autuante, foram colocadas Notas Fiscais das quais já tinham sido pagos os impostos, a antecipação parcial, (anexando Notas e DAES). Diz, também, que foram lançadas Notas Fiscais, cujas, mercadorias, tinham sido sujeitas ao recolhimento pela antecipação tributária (Anexo 88, do RICMS/BA), e outras que já tiveram o imposto pago conforme GNRE e, por fim, a nota Fiscal 5519 que consta produto diverso (biscoito) do indicado pela autuante (macarrão).

E por fim, diz que está recolhendo o que realmente é devido e pede a improcedência parcial do Auto de Infração.

A autuante, em informação fiscal, à fl. 82, acata as alegações defensivas, exceto em relação à Nota Fiscal 43956, por se tratar de macarrão instantâneo e que o produto não está na substituição tributária. Refez o demonstrativo de débito reduzindo o imposto devido para R\$453,69.

VOTO

A primeira infração refere-se à falta de recolhimento do ICMS no prazo regulamentar, na condição de Microempresa-EPP. O autuado não se manifestou em relação a esta infração. Mantenho a infração tendo em vista que foi acatada tacitamente pelo autuado.

Quanto à segunda infração, referente ao recolhimento a menos do ICMS devido por antecipação parcial, constatei que o contribuinte comprovou que parte do imposto exigido nos autos já foi recolhido, fato acatado pelo autuante, com exceção da Nota Fiscal 43956, cujos cálculos foram refeitos e o imposto devido, ficou reduzido para R\$453,69, conforme demonstrativo à fl. 82 o qual acolho.

Dessa forma, devem ser exigidos os valores referentes a infração 1, e R\$ 453,69 da infração 2 .

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, homologando-se os valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 295309.0139/05-3, lavrado contra **ANTONIO OLIVEIRA DE ANDRADE DE CRUZ DAS ALMAS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 39.035,79**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, itens “1” e “3”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, homologando-se os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de outubro de 2005.

ARIVALDO DE SOUZA PEREIRA - PRESIDENTE

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - RELATORA

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR